

## A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CRIMES E IMPLICAÇÕES SOCIAIS

CHILD SEXUAL EXPLOITATION IN THE AMAZON: A CASE STUDY ON CRIMES AND  
SOCIAL IMPLICATIONS

LA EXPLOTACIÓN SEXUAL INFANTIL EN LA AMAZONÍA: UN ESTUDIO DE CASO  
SOBRE CRÍMENES E IMPLICACIONES SOCIALES

Fabiane Aquino Cabral<sup>1</sup>  
Mônica Gabriele Maciel da Silva<sup>2</sup>  
Vitória Emanuele Melo de Moraes<sup>3</sup>  
Marcio de Jesus Lima do Nascimento<sup>4</sup>

**RESUMO:** A exploração sexual infantil na Amazônia é um problema grave que afeta crianças e adolescentes, deixando consequências físicas, psicológicas e sociais profundas. Este estudo visa compreender os efeitos da exploração sexual na saúde mental e na vida social das vítimas, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes para prevenir e combater esse crime. A metodologia adotada foi de levantamento bibliográfico, com análise de artigos científicos sobre a temática. Os resultados mostram que, embora existam políticas de proteção, há falhas na articulação entre os órgãos responsáveis e na aplicação de recursos adequados, o que dificulta a efetividade das ações. A discussão aponta a importância de ações integradas, como a capacitação de profissionais, a criação de redes de apoio e a atuação mais incisiva das forças de segurança pública. Conclui-se que é fundamental a criação de políticas públicas focadas em prevenção, proteção e reintegração das vítimas, com maior envolvimento das comunidades e capacitação dos profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Exploração sexual infantil. Políticas públicas. Saúde mental. Prevenção.

**ABSTRACT:** Child sexual exploitation in the Amazon is a serious issue affecting children and adolescents, leaving deep physical, psychological, and social consequences. This study aims to understand the effects of sexual exploitation on mental health and the social life of victims, highlighting the need for effective public policies to prevent and combat this crime. The methodology used was bibliographic research, analyzing scientific articles on the subject. The results show that although protection policies exist, there are failures in coordination among responsible agencies and in applying adequate resources, which hinders the effectiveness of actions. The discussion points to the importance of integrated actions, such as training professionals, creating support networks, and more effective law enforcement. It is concluded that the creation of public policies focused on prevention, protection, and reintegration of victims is essential, with greater community involvement and training of professionals who work directly with children and adolescents.

**Keywords:** Child sexual exploitation. Public policies. Mental health. Prevention.

---

<sup>1</sup>Discente, Centro Universitário do Norte.

<sup>2</sup>Discente, Centro Universitário do Norte.

<sup>3</sup>Discente, Centro Universitário do Norte.

<sup>4</sup>Mestre em Ciências e Meio Ambiente. Docente do Centro Universitário do Norte, Manaus, Amazonas, Brasil.

**RESUMEN:** La explotación sexual infantil en la Amazonía es un problema grave que afecta a niños y adolescentes, dejando consecuencias físicas, psicológicas y sociales profundas. Este estudio tiene como objetivo comprender los efectos de la explotación sexual en la salud mental y la vida social de las víctimas, destacando la necesidad de políticas públicas eficaces para prevenir y combatir este crimen. La metodología utilizada fue de revisión bibliográfica, analizando artículos científicos sobre el tema. Los resultados muestran que, aunque existen políticas de protección, hay fallas en la coordinación entre los órganos responsables y en la aplicación de recursos adecuados, lo que dificulta la efectividad de las acciones. La discusión señala la importancia de acciones integradas, como la capacitación de profesionales, la creación de redes de apoyo y una actuación más efectiva de las fuerzas de seguridad pública. Se concluye que es fundamental la creación de políticas públicas centradas en la prevención, protección y reintegración de las víctimas, con mayor involucramiento de las comunidades y capacitación de los profesionales que trabajan directamente con niños y adolescentes.

**Palabras clave:** Explotación sexual infantil. Políticas públicas. Salud mental. Prevención.

## INTRODUÇÃO

A exploração sexual infantil na Amazônia é uma problemática alarmante que afeta um grande número de crianças e adolescentes, gerando consequências devastadoras para sua saúde física, mental e emocional. Este tipo de violência, além de ser uma violação grave dos direitos humanos, deixa traumas profundos nas vítimas, comprometendo seu desenvolvimento e sua integração social. As crianças exploradas sexualmente frequentemente enfrentam sérios problemas psicológicos, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático, além de riscos físicos, como doenças sexualmente transmissíveis e outras complicações de saúde.

Na região amazônica, fatores como a pobreza extrema, o isolamento geográfico, a falta de acesso adequado a serviços de saúde e educação, e a ausência de políticas públicas efetivas contribuem para a perpetuação da exploração sexual infantil. Muitas vezes, as vítimas se encontram em situações de vulnerabilidade devido à marginalização social e à falta de proteção familiar e comunitária. Essas condições tornam as crianças e adolescentes ainda mais suscetíveis ao abuso sexual, que frequentemente se torna um ciclo difícil de romper.

O impacto da exploração sexual infantil na Amazônia vai além da vítima direta, afetando toda a estrutura social e econômica das comunidades. As crianças vítimas dessa prática enfrentam um estigma social, o que dificulta sua reintegração e recuperação. Além disso, a exploração sexual está frequentemente associada a outras formas de violência, como o tráfico de pessoas, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade das crianças afetadas. A

compreensão do contexto social e cultural da Amazônia é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e apoio a essas vítimas.

Este estudo busca investigar as consequências a longo prazo da exploração sexual infantil, especialmente na saúde mental e na vida social e familiar das vítimas. O objetivo é identificar as principais sequelas dessa prática criminosa, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático, além de analisar como essas condições afetam a reintegração social das crianças e adolescentes. A pesquisa visa, ainda, ressaltar a importância de políticas públicas que proporcionem suporte psicológico, social e educacional, promovendo a recuperação e a proteção das vítimas dessa violação dos direitos humanos.

A metodologia adotada para este estudo será o levantamento bibliográfico, com o intuito de reunir e analisar as principais produções acadêmicas e pesquisas sobre a exploração sexual infantil, suas consequências psicológicas e sociais, e as abordagens de apoio às vítimas. A partir dessa revisão, será possível alcançar o objetivo previamente estabelecido, que é compreender os efeitos a longo prazo dessa prática criminosa e propor caminhos para a mitigação de seus impactos na vida das vítimas.

## MÉTODOS

Este estudo utilizará a metodologia de levantamento bibliográfico, com o objetivo de reunir e analisar as principais produções acadêmicas e pesquisas relacionadas à exploração sexual infantil e suas consequências psicossociais. O levantamento será conduzido a partir de fontes confiáveis, como artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos de organismos internacionais, que abordam a temática da exploração sexual infantil, especialmente no contexto da Amazônia. A escolha do levantamento bibliográfico se justifica pela necessidade de construir uma base sólida de conhecimento a partir de estudos já realizados, permitindo uma análise aprofundada do fenômeno.

A pesquisa será focada na análise das consequências psicológicas e sociais da exploração sexual infantil, com ênfase nos impactos a longo prazo, como transtornos de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, e outros problemas relacionados à saúde mental das vítimas. Além disso, serão investigadas as condições sociais e familiares que agravam os efeitos dessa violência, assim como as dificuldades que as vítimas enfrentam na reintegração à sociedade. A revisão das fontes bibliográficas permitirá compreender melhor o cenário atual da exploração

sexual infantil e suas múltiplas dimensões, fornecendo uma visão ampla e detalhada do problema.

Será dada atenção especial à análise de estudos que abordam a realidade da Amazônia, uma vez que a exploração sexual infantil nesta região apresenta características específicas, influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais. A pesquisa também considerará as políticas públicas existentes, a atuação de organizações não governamentais e as estratégias de intervenção e prevenção adotadas para combater essa violação dos direitos humanos na região. Dessa forma, será possível compreender as lacunas nas abordagens atuais e a necessidade de novas iniciativas.

Por meio da metodologia de levantamento bibliográfico, espera-se atingir o objetivo de compreender as consequências da exploração sexual infantil na saúde mental e na vida social das vítimas, identificar as principais sequelas dessa prática criminosa e analisar o impacto dessas condições na reintegração social. A revisão crítica da literatura permitirá ainda fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e a construção de estratégias de apoio às vítimas, com foco na prevenção e recuperação.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A exploração sexual infantil na Amazônia é uma problemática complexa e alarmante que impacta profundamente a vida das vítimas e desafia a atuação do Estado e da sociedade. A região amazônica, caracterizada por vastas áreas de difícil acesso e marcantes desigualdades socioeconômicas, apresenta fatores que favorecem a incidência desse tipo de crime. Estudos demonstram que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estão mais propensos a serem aliciados para redes de exploração sexual, sendo esse fenômeno intensificado por aspectos como pobreza, baixa escolaridade, falta de fiscalização e dificuldades no acesso à justiça (Pinheiro, 2015).

O isolamento geográfico de diversas comunidades da Amazônia dificulta a atuação de órgãos fiscalizadores e torna mais desafiadora a identificação e o resgate das vítimas. Além disso, a presença de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias e a exploração de recursos naturais, tem sido associada ao aumento da exploração sexual infantil na região, uma vez que esses empreendimentos atraem um fluxo intenso de trabalhadores adultos, que podem representar potenciais agressores (Oliveira; Cavalcanti; Nascimento, 2024). A exploração também está frequentemente ligada ao tráfico de pessoas, em que vítimas são

levadas para outros estados brasileiros e até mesmo para o exterior, o que reforça a necessidade de ações coordenadas entre diferentes níveis de governo e instituições internacionais.

Os impactos dessa prática criminosa são devastadores, tanto física quanto psicologicamente. Crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual frequentemente desenvolvem transtornos como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, além de apresentarem dificuldades de socialização e inserção no mercado de trabalho na vida adulta (Soares et al., 2016). A exposição a doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes precoces e violência física agrava ainda mais a situação das vítimas, que muitas vezes não encontram apoio adequado para superar essas consequências. A precariedade dos serviços de assistência social e psicológica na região agrava o quadro, dificultando a recuperação das crianças e adolescentes afetados.

Diante desse cenário, a escola assume um papel crucial na prevenção e combate à exploração sexual infantil (Hohendorff, Von; Dapieve Patias, 2017). Em Manaus, por exemplo, políticas públicas têm sido implementadas para abordar o tema nas escolas, incluindo programas de conscientização e capacitação de educadores para identificar sinais de abuso e encaminhar as vítimas para os serviços de proteção adequados. Além do ambiente escolar, iniciativas governamentais e de organizações da sociedade civil têm buscado fortalecer redes de apoio e oferecer alternativas para a reintegração social das vítimas. O projeto "Escola que Cuida", por exemplo, tem se mostrado uma ferramenta importante para a prevenção da exploração sexual infantil, promovendo debates e capacitações em comunidades vulneráveis.

A dificuldade na obtenção de dados confiáveis sobre a exploração sexual infantil na Amazônia é um dos principais entraves para a formulação de políticas públicas eficazes. A subnotificação dos casos, o medo das vítimas em denunciar seus agressores e a falta de um sistema integrado de registro de informações dificultam a real dimensão do problema (Matos; Oliveira, 2020). A coleta de dados mais precisos e a transparência nas estatísticas sobre violência sexual infantil são fundamentais para que o poder público possa direcionar recursos e estratégias para mitigar esse fenômeno. Estudos acadêmicos destacam que a implementação de bancos de dados unificados sobre exploração sexual infantil permitiria um mapeamento mais eficiente das áreas de maior incidência e a criação de políticas públicas mais assertivas (Garbin; Yasuda; Kanasawa, 2022).

A participação ativa da sociedade civil também se mostra essencial na luta contra a exploração sexual infantil. Movimentos comunitários, organizações não governamentais e

redes de proteção desempenham um papel importante na conscientização e na assistência às vítimas, proporcionando apoio jurídico, psicológico e social. Campanhas educativas, tanto em áreas urbanas quanto em comunidades ribeirinhas e indígenas, são fundamentais para alertar crianças e adolescentes sobre os riscos e orientá-los sobre formas de proteção e denúncia (Nascimento et al., 2019). A mobilização popular, aliada a políticas públicas eficazes, pode fortalecer os mecanismos de combate e prevenção da exploração sexual infantil.

A formação continuada de profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes também é um fator essencial para enfrentar esse problema. Educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais e agentes de segurança devem estar preparados para reconhecer sinais de abuso e oferecer suporte adequado às vítimas (Lima, 2022). O treinamento desses profissionais pode fazer a diferença na identificação precoce dos casos e no encaminhamento das vítimas para os serviços de proteção, evitando a perpetuação do ciclo de violência.

Além disso, a articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, segurança pública e assistência social, é imprescindível para a criação de uma rede de proteção eficiente. A abordagem multidisciplinar permite que as vítimas recebam um atendimento mais humanizado e integrado, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de forma abrangente e eficaz. O fortalecimento dessas parcerias pode contribuir para a implementação de políticas públicas mais eficazes, capazes de prevenir a exploração sexual infantil e oferecer suporte às vítimas.

O papel da pesquisa acadêmica também se destaca na formulação de estratégias para combater a exploração sexual infantil na Amazônia. Estudos que investigam as causas, consequências e a eficácia das políticas públicas são fundamentais para subsidiar ações governamentais e mobilizar a sociedade em torno dessa causa (Oliveira, et al., 2024). O incentivo à produção científica sobre o tema e a disseminação desses conhecimentos podem contribuir para o desenvolvimento de soluções mais eficazes e adaptadas à realidade amazônica.

Outro aspecto relevante é a necessidade de campanhas de conscientização voltadas para diferentes públicos, incluindo crianças, adolescentes, famílias e comunidades. Tais campanhas devem abordar temas como os direitos das crianças e adolescentes, os perigos da exploração sexual e os canais de denúncia disponíveis. A utilização de meios de comunicação, como rádio, televisão e redes sociais, pode ampliar o alcance dessas campanhas, garantindo que as informações cheguem a um maior número de pessoas e promovam uma cultura de proteção e respeito aos direitos infantis (Oliveira, et al., 2024)

Diante dessa problemática, torna-se evidente que o combate à exploração sexual infantil na Amazônia exige uma abordagem abrangente e coordenada, envolvendo governo, sociedade civil, instituições acadêmicas e a própria comunidade. A combinação de políticas públicas eficientes, participação comunitária, capacitação profissional e fortalecimento da rede de proteção é fundamental para enfrentar esse problema e garantir um futuro mais seguro e digno para as crianças e adolescentes da região.

A fim de alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre a exploração sexual infantil na Amazônia, este estudo adotará uma metodologia de levantamento bibliográfico. A análise de artigos científicos, dissertações, relatórios institucionais e demais documentos acadêmicos permitirá mapear as principais causas, consequências e desafios enfrentados no combate a essa grave violação dos direitos humanos. Essa abordagem possibilitará não apenas uma visão mais ampla sobre o tema, mas também a identificação de boas práticas e políticas públicas eficazes para o enfrentamento desse problema.

Para compreender melhor essa questão, a seguir, apresentamos uma tabela com cinco artigos científicos que oferecem uma visão abrangente sobre o tema. Esses estudos abordam desde a análise de dados estatísticos até o papel da educação e da rede de proteção na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia. As pesquisas selecionadas fornecem informações valiosas para subsidiar políticas públicas e ações voltadas à erradicação desse crime, além de contribuírem para a construção de estratégias mais eficazes no apoio às vítimas.

**Tabela 1:** Principais Artigos Científicos sobre Exploração Sexual Infantil na Amazônia

Título do Artigo	Autores	Ano	Resumo
<b>Revisitando conceitos e dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: o Amazonas em debate</b>	(Oliveira; Cavalcanti; Nascimento, 2024)	2024	O artigo revisita conceitos de violência sexual contra crianças e adolescentes, expondo dados de denúncias e analisando a rede de proteção no estado do Amazonas.
<b>Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na Amazônia</b>	(Hudson; Ribeiro, 2019)	2019	Apresenta a experiência do Projeto Içá-Ação e Proteção na prevenção da violência sexual na Amazônia brasileira, destacando fatores de resiliência em ações protagonizadas por adolescentes.

<b>Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social</b>	(Pinheiro, 2015)	2015	Analisa a atuação das instâncias de controle social no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas, discutindo limites, desafios e possibilidades.
<b>Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de dados e prevenção no contexto educacional amazônico</b>	(Nascimento, 2023)	2023	Mapeia e identifica dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, discutindo o papel da escola na proteção e combate a essa forma de violência.
<b>Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental</b>	(Cargnin et al., 2021)	2021	Caracteriza os casos de violência sexual sofridos por mulheres notificadas em Rio Branco (AC) entre 2011 e 2016, destacando a vulnerabilidade de adolescentes.

**Fonte:** Própria dos autores

A violência sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia é um problema grave, com múltiplos desafios para sua prevenção e combate. O artigo de Oliveira, Cavalcanti e Nascimento (2024) destaca a dificuldade em obter dados confiáveis sobre o tema no Amazonas, o que dificulta a criação de políticas públicas eficazes. A subnotificação e o medo das vítimas em denunciar são obstáculos que comprometem o enfrentamento dessa violência. Ribeiro, Coimbra e Leme (2019) abordam a importância de iniciativas como o Projeto Içá-Ação e Proteção, que visam fortalecer a resiliência de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, com ênfase no protagonismo juvenil e no empoderamento comunitário.

Pinheiro (2015) analisa os paradoxos do controle social no estado do Amazonas, apontando que, apesar de existirem políticas de proteção, há uma falha na articulação entre os órgãos responsáveis, além de uma falta de recursos e preparo profissional, o que limita a efetividade dessas políticas. Nascimento (2023) ressalta o papel da escola na prevenção da exploração sexual infantil, destacando que, embora seja um espaço seguro para as vítimas, ainda falta capacitação adequada para os profissionais da educação, o que impede a identificação precoce e o encaminhamento eficaz dos casos.

Cargnin et al. (2021) trazem uma análise da violência sexual contra mulheres na Amazônia Ocidental, destacando a vulnerabilidade de adolescentes. O estudo revela que a falta de acesso a serviços de saúde e apoio psicológico contribui para a perpetuação do ciclo de violência, enfatizando a necessidade de fortalecer as redes de proteção e assistência especializada. Esses estudos indicam que a exploração sexual infantil na Amazônia exige uma



abordagem integrada, envolvendo educação, políticas públicas, assistência social e a participação ativa da sociedade civil.

A Ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, enfrenta sérios desafios relacionados à exploração sexual infantil, um problema que tem profundas consequências sociais, psicológicas e de saúde para as vítimas. A região é marcada por altos índices de pobreza, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e educação, além de um isolamento geográfico que dificulta o alcance de políticas públicas eficazes. Esses fatores contribuem para que crianças e adolescentes, especialmente os mais vulneráveis, sejam alvos de aliciadores e redes de exploração sexual, que operam em um ambiente de pouca fiscalização.

Diversos relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e órgãos de proteção de direitos humanos apontam que, na Ilha de Marajó, a exploração sexual infantil está muitas vezes ligada a práticas de turismo sexual, envolvendo tanto pessoas de fora da região quanto moradores locais. Esse tipo de exploração, que ocorre principalmente em áreas isoladas e nas zonas urbanas periféricas, é alimentado por uma rede de complicidade, onde o silêncio das vítimas e o medo de represálias dificultam a denúncia e o enfrentamento dessa prática criminosa. Além disso, a escassez de recursos para prevenção e o despreparo de muitos profissionais da saúde e educação agravam o quadro.

Os casos de exploração sexual infantil na Ilha de Marajó têm impactos devastadores na vida das vítimas. Muitas dessas crianças e adolescentes apresentam traumas psicológicos profundos, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático. Além disso, o risco de infecção por doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce são consequências físicas desse abuso, o que compromete o futuro dessas jovens vítimas. A falta de serviços de apoio adequados, como atendimento psicológico e acompanhamento médico, agrava ainda mais as sequelas deixadas pela exploração sexual.

A situação na Ilha de Marajó exige uma abordagem urgente e eficaz. Para combater a exploração sexual infantil na região, é necessário implementar políticas públicas que integrem ações de educação, saúde, segurança e assistência social. Também é fundamental a capacitação de profissionais para identificar sinais de abuso e a criação de redes de apoio para garantir que as vítimas recebam o acolhimento e os cuidados necessários. O fortalecimento das leis de proteção à criança e ao adolescente, assim como a conscientização da população local sobre os direitos das crianças, são passos essenciais para combater esse crime que prejudica o futuro das gerações mais jovens na Ilha de Marajó.

A necessidade de políticas públicas para combater a exploração sexual infantil na Ilha de Marajó é urgente e crucial. Essas políticas devem ter um foco preventivo, promovendo a educação sobre os direitos das crianças e adolescentes desde as escolas, além de capacitar profissionais da saúde, educação e segurança para identificar e agir rapidamente diante de casos de abuso. A conscientização das famílias e comunidades locais sobre os sinais de violência e as formas de proteção também é essencial para diminuir a vulnerabilidade das crianças à exploração sexual.

Além da prevenção, é fundamental criar e fortalecer redes de proteção, com serviços especializados como apoio psicológico, atendimento jurídico e médico para as vítimas. Essas redes devem ser acessíveis em regiões isoladas como a Ilha de Marajó, onde os recursos e serviços de apoio são limitados. O governo deve investir em infraestruturas que garantam a assistência adequada, incluindo abrigos seguros e acompanhamento contínuo, e garantir a integração entre as esferas pública e privada para garantir que as vítimas recebam o amparo necessário.

Por fim, é essencial que as políticas públicas incluam ações de repressão rigorosas, com maior fiscalização e aplicação das leis existentes, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dismantelar redes criminosas envolvidas na exploração sexual infantil. Além disso, as vítimas precisam de programas de recuperação e reintegração social, que ofereçam suporte psicológico, educacional e profissional, para ajudá-las a superar os traumas e a reconstruir suas vidas. O enfrentamento da exploração sexual infantil exige uma abordagem integrada e eficaz, envolvendo diferentes setores do governo e da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração sexual infantil é um problema grave e complexo que afeta diversas regiões do Brasil, com sérios impactos na vida das vítimas. Esse crime, que marca profundamente a saúde física e psicológica das crianças e adolescentes, exige uma abordagem integrada e urgente para ser combatido de maneira eficaz. A falta de dados precisos, a subnotificação dos casos e a dificuldade de implementação de políticas públicas são desafios que precisam ser superados para garantir a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores.

É fundamental que as políticas públicas se concentrem em ações preventivas, como a educação nas escolas sobre os direitos das crianças e adolescentes e a capacitação de

profissionais da saúde, educação e segurança pública. A conscientização das famílias e das comunidades também é essencial para identificar sinais de abuso e garantir que as vítimas possam denunciar e receber o apoio necessário. Nesse sentido, as escolas e os profissionais da educação têm um papel fundamental na identificação precoce de casos e no encaminhamento adequado para os serviços de proteção.

Além disso, é crucial o fortalecimento das redes de proteção com serviços especializados de apoio psicológico, médico e jurídico, que devem ser acessíveis a todas as vítimas, independentemente de sua localização geográfica. Para isso, é necessário garantir recursos adequados e capacitar os profissionais que trabalham nessas áreas. A criação de abrigos seguros, o acompanhamento contínuo das vítimas e a reintegração social dessas crianças e adolescentes são medidas essenciais para sua recuperação e reintegração ao convívio social.

Por fim, a repressão à exploração sexual infantil deve ser rigorosa e eficiente. A aplicação efetiva das leis de proteção à criança e ao adolescente, a fiscalização das áreas mais vulneráveis e o combate às redes criminosas são ações essenciais para enfrentar essa realidade. A colaboração entre o governo, organizações não governamentais e a sociedade civil é imprescindível para garantir que todas as crianças e adolescentes possam crescer em um ambiente seguro e protegido, com seus direitos respeitados e preservados.

## REFERÊNCIAS

- CARGNIN, J. S. S. et al. Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental. *Revista de Saude Publica*, v. 55, n° 1, p. 1-14, 2021.
- GARBIN, D. C.; YASUDA, N.; KANASAWA, K. C. Vigilância em Saúde do Trabalhador e articulações intersetoriais no enfrentamento do trabalho infantil em Diadema, SP, Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 25, n° 1, p. 1-17, 2022.
- HOHENDORFF, J. VON; DAPIEVE PATIAS, N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, v. 49, n° 2, p. 239-257, 2017.
- HUDSON, J.; RIBEIRO, D. S. Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na Amazônia. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 2, n° 1, p. 215-226, 2019.
- LIMA, N. S. Uma política do agressor externo. *Psicol. Estud. (Online)*, v. 1, n° 3, p. 1-17, 2022.

MATOS, M. N. F. R. T.; OLIVEIRA, I. da C. B. T. N. de S. C. M. De. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Políticas de Socioeducação: diálogos e Esferas, v. 2, nº 1, p. 1–22, 2020.

NASCIMENTO, A. B. Do et al. As situações problemas documentadas pelas instituições de proteção à criança em Benjamin Constant – AM: um olhar voltado para os impactos. PS: Political Science & Politics, v. 1, nº 1, p. 1–12, 2019.

NASCIMENTO, J. A. DO. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de dados e prevenção no contexto educacional amazônico. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. 109 p. 2023.

OLIVEIRA, M. DE; CAVALCANTI, F. M. C.; NASCIMENTO, J. A. DO. Revisitando conceptos y datos sobre violencia sexual contra niños y adolescentes: Amazonas en debate. Praxis Educativa, v. 19, nº 1, p. 1–21, 2024.

OLIVEIRA, M. L. De et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na incidência de violência sexual domiciliar contra crianças e adolescentes no Brasil. Ciencia & saude coletiva, v. 29, nº 10, p. e00712023, 2024.

OLIVEIRA, M. S. C. De et al. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na região do nordeste. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, nº 11, p. 855–870, 2024.

PINHEIRO, M. J. D. S. Violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Amazonas e paradoxos do controle social. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. 154 p. 2015.

SOARES, E. M. R. et al. Profile of sexual violence against children and teens. Revista Interdisciplinar, v. 9, nº 1, p. 87–96, 2016.